



Prefeitura Municipal de Itapissuma
Gabinete do Prefeito



LEI MUNICIPAL Nº 1.264/2025

EMENTA: Institui o auxílio-saúde no âmbito da Câmara Municipal de Itapissuma e dá outras providências.

VALDEMIR LOURENÇO DOS SANTOS JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA – ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições institucionais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte **LEI**:

Artigo 1º. Fica instituído, no âmbito da Câmara Municipal de Itapissuma, o auxílio-saúde, de natureza indenizatória, em pecúnia, na folha de pagamento, destinado aos servidores efetivos deste Poder Legislativo, desde que em efetivo exercício de suas funções.

§1º O auxílio-saúde também será concedido aos servidores comissionados da estrutura administrativa da Câmara Municipal de Itapissuma, assim aos vereadores.

§2º Os servidores afastados por licença sem vencimentos não perceberão o auxílio-saúde.

§3º A regra do parágrafo anterior não se aplica aos casos de licença concedida para tratamento de saúde, devidamente comprovada por atestado médico oficial, num período superior a trinta dias.

Artigo 2º. O valor mensal do auxílio-saúde corresponderá em até 10%(dez por cento), do valor base do subsídio do vereador e salário do servidor, excluído qualquer outro benefício ou vantagem para esse cálculo, por servidor ou vereador beneficiado.

Parágrafo único. O auxílio-saúde não poderá sofrer qualquer desconto a título de imposto de renda, contribuição previdenciária ou de outra natureza.



Prefeitura Municipal de Itapissuma
Gabinete do Prefeito

Artigo 3º. Não será percebido o auxílio-saúde cumulativamente com outros benefícios similares, tais como quaisquer formas de auxílio ou benefício à saúde, ainda que oriundos de cessão, requisição ou convênio.

Artigo 4º. O auxílio-saúde não será incorporado ao vencimento, /á remuneração, aos proventos ou à pensão, não constituindo salário-utilidade ou prestação salarial *in natura*, não sofrendo incidência de contribuição para Seguridade Social e não se configurando como rendimento tributável para fins de imposto sobre a renda.

Artigo 5º. Compete à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Itapissuma expedir os atos normativos complementares necessários à execução desta Lei, especialmente quanto a:

- I- Critérios operacionais para pagamento do auxílio-saúde;
- II- Definição de responsabilidade administrativa;
- III- Procedimentos de controle e fiscalização.

Artigo 6º. A Câmara Municipal de Itapissuma incluirá, nas propostas orçamentárias anuais, dotação específica para custear as despesas decorrentes desta Lei.

Parágrafo único. O pagamento do auxílio-saúde instituído por esta Lei fica condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, observados os limites legais de despesas com pessoal.

Artigo 7º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento da Câmara Municipal.

Artigo 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026.

Artigo 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Itapissuma/PE, em 19 de novembro de 2025.

Valdemir Lourenço dos Santos Júnior

Prefeito Constitucional do Município de Itapissuma/PE

CNPJ: 08.637.399/0001-28 • Rua Manoel Lourenço, 16, Centro - CEP 53.700-000 • Tel.: (81) 3548-1647.

